

A casa dos espelhos quebrados: faltas e excessos na vincularidade mãe-filha<sup>1</sup>

**The house of broken mirrors: lacks and excesses in the bond between mother and daughter**

Vivian Hamann Smith<sup>2</sup>

**Resumo:** A proximidade entre mãe e filha é fonte de identificação emocional com importante função para a manutenção dos laços familiares. Novas demandas culturais de autonomia e autoafirmação das mulheres parecem intensificar conflitos nessa relação. A diferenciação e autonomia da filha podem gerar estranhamento e perda da envoltura do olhar materno, necessária à constituição da sua feminilidade. Ressentimentos e hostilidades podem perpetuar esta ligação de forma perturbadora, marcada simultaneamente pela falta e pelo excesso. Este trabalho utiliza elementos da mitologia grega e teorizações da psicanálise freudiana e lacaniana para entender a relação mãe-filha e a construção da identificação feminina. Explora conceitos da psicanálise vincular, procurando demonstrar a complexidade e especificidade desta ligação, que pode resultar na permanência de uma relação especular ou numa possibilidade de diferenciação promotora de desenvolvimento. Descreve-se um caso de atendimento vincular mãe-filha para compreender e discutir mais amplamente os processos expostos. A discussão demonstra o efeito devastador das dificuldades de subjetivação e pertença, envolvidas já na relação avó-mãe, e atualizadas no encontro entre mãe e filha adolescente. Destaca-se a importância da compreensão da vincularidade mãe-filha para o avanço teórico e técnico de uma psicanálise da intersubjetividade, situada na dialética das possibilidades e problemáticas da cultura contemporânea.

**Palavras-chave:** relação mãe-filha; identificação feminina; psicanálise dos vínculos; psicopatologia vincular; terapia familiar.

**Abstract :** The closeness between mother and daughter is a source of emotional identification with important function for the maintenance of family ties. New cultural demands for autonomy and self-assertion of women seem to intensifying conflict in this relationship. The differentiation and autonomy of the daughter can generate estrangement and loss of wrapping the maternal gaze, required for the establishment of her femininity. Resentment and hostility can perpetuate this link so disturbing, marked both by the lack and by the excess. This work uses elements from Greek mythology and theories of Freudian psychoanalysis and Lacan to understand the mother-daughter relationship and the construction of feminine identification. It

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão do Curso de Psicanálise das Configurações Vinculares, junho de 2012

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela PUCRS, mestre e doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS) Psicóloga no CAPS infanto-juvenil do município de Alvorada, RS. E-mail: vivianhamannsmith@gmail.com

explores concepts of psychoanalysis of the bonds, seeking to demonstrate the complexity and specificity of this binding, which may result in the permanence of a mirroring relationship, or in the possibility of differentiation that promotes development. We describe a case of treatment of the bond mother-daughter to understand and discuss most widely the processes exposed. The discussion demonstrates the devastating effect of the difficulties of subjectivity and belonging, involved already in the relationship between grandmother and mother, and updated in the meeting between mother and her teenage daughter. We emphasize the importance of understanding the mother-daughter bonding process to advance theory and technique of psychoanalysis of intersubjectivity, located in the dialectic of the possibilities and problems of contemporary culture.

**Keywords:** mother-daughter relationship, feminine identification, psychoanalysis of the bonds; psychopathology of the bonds, familiar therapy.

### Introdução

O desfile da primeira presidenta do Brasil ao lado da filha, no dia da posse, talvez expresse bem a importância do vínculo entre mãe e filha, numa era de poder crescente das mulheres na sociedade. A filha, adulta, abanava do carro para a multidão, contente como uma menina, como se ela própria estivesse assumindo o importante cargo. A mãe compartilhava com ela sua popularidade e sucesso num longo projeto político, que foi possivelmente o principal contexto em que a identidade da sua única filha se constituiu.

Conforme Dornelas e Garcia (2006), a manutenção dos laços e cuidados familiares tem sido historicamente responsabilidade das mulheres, e a proximidade entre mãe e filha é fonte de identificação emocional que ajuda a mulher a compreender-se e a conhecer seus papéis sociais e a própria feminilidade, conforme cada cultura. Hoje se observa uma grande proporção de famílias uniparentais mantidas por mulheres, com o aumento da participação econômica da mulher na geração de renda e no consumo. Vive-se uma crise no papel tradicionalmente desempenhado pelo homem na sociedade e na família, com uma multiplicação das atribuições e possibilidades identificatórias da mulher, ao menos em termos de oferta. Neste contexto, torna-se fundamental refletir sobre a complexidade e especificidade vincular da díade mãe-filha. O apelo cultural a uma maior autonomia e autoafirmação das

mulheres (na forma de maior liberdade de escolha, de expressão sexual, de realização profissional) parece intensificar impasses e conflitos na relação dessa dupla, descritos por Olivet, Frank, Geisen *et al* (1991): Na medida em que a filha busca a autonomia, realizando um desejo que também é da mãe, se afasta e se diferencia dela. Com isso, a mãe pode não mais reconhecer-se na filha, e passar a vê-la como algo estranho e ameaçador, e a filha, então, perde a envoltura do olhar materno, que nutriria de sentido seu crescimento e expansão. Fica uma dupla mensagem: “Cresça, torne-se independente”, mas, ao mesmo tempo: “Não me abandone, não se afaste do que sou”. A ideia de autosacrifício e doação ligada à maternidade, em contradição à demanda de satisfação, vaidade e autonomia da mulher contemporânea, parece cobrar mais intensamente da menina uma dívida, na medida em que ela própria se torna mulher e necessita de uma identificação feminina. Ficar presa nessa teia pode implicar em anulação da própria subjetividade, enquanto tentar pular fora dela ameaça um laço essencial à constituição do seu sentimento de existir e pertencer. Tais impasses aparecem na clínica vincular em interações angustiadas e hostis, como, por exemplo, a da mãe desvalorizada e mártir que exige que a filha adolescente se valorize e ascenda socialmente, mas queixa-se de que ela a trata como escrava e só se interessa por roupas caras. O mesmo conflito se evidencia também em outra adolescente que transgride as ordens da mãe “desfilando” com colegas, em pleno período de escola, na frente da loja em que a mãe trabalha. Ser o que a mãe diz que quer, “pisando” na própria mãe sofrida e humilhada? Ser o que a mãe diz que não quer, sob o olhar da mãe? Ser o que a mãe quer e não diz? Ser o que a mãe não conseguiu ser para a própria mãe? Nesta linhagem materna, que envolve a própria continuidade da vida, qual a possibilidade de criação e descontinuidade? São perguntas que geram perguntas e contêm em si alguns caminhos de reflexão. O presente trabalho objetiva trilhar esses caminhos, com o auxílio de conceitos que versam sobre a especificidade da relação mãe-filha e sobre a vincularidade. Dados e vinhetas de um atendimento vincular materno-filial realizado no ambulatório do Instituto Contemporâneo de Psicanálise e Transdisciplinaridade serão utilizados para esboçar uma compreensão teórico-prática, para posteriormente retomar tais questões numa reflexão mais ampla.

### **A relação entre mãe e filha**

O tema da relação mãe-filha já se fazia presente na mitologia grega. Deméter (deusa da terra semeada e das colheitas, a Grande Mãe) teve uma filha com Zeus, chamada Perséfone. De grande beleza, a moça foi raptada por Hades (deus do Inferno, das trevas e da morte), que desejava fazê-la sua rainha, com a concordância de Zeus. Ao sabê-lo, Deméter saiu desesperada a procurar a filha, o que gerou esterilidade na terra e fome, ameaçando a ordem do mundo. Zeus intercedeu então junto a Hades, mas soube que a moça não poderia mais ser devolvida, já que comera três grãos de romã do reino das Trevas, o que a transformou em habitante daquele mundo. Em tristeza profunda, Deméter saiu em peregrinação durante muito tempo, revelando conhecimentos sobre técnicas agrícolas aos camponeses. Zeus fez um acordo com Hades de que Perséfone voltaria à superfície e à luz a cada primavera, onde viveria com sua mãe como moça virgem, retornando na época da sementeira às profundezas da terra como esposa de Hades e rainha das Trevas, num ciclo anual. (GUIMARÃES, 1983). O mito mostra vários aspectos do caráter conflitivo da separação entre mãe e filha: tudo era harmônico e fértil enquanto Perséfone estava sob o jugo do olhar materno, considerada como uma extensão desta. Sua transformação em mulher atraente e valorizada por um deus, que quer dividir com ela seu próprio reino, quebra essa fusão, o rapto é apoiado pelo pai de Perséfone e o casamento é consumado porque a moça ingere o alimento nascido no mundo subterrâneo, numa “traição” à nutrição exclusiva pelo que vem da mãe. Há nela, portanto, um desejo de individuação e exogamia, de assumir um lugar próprio, seu próprio reino. Mas isso altera a ordem do mundo, gera infertilidade e infelicidade, e, ao mesmo tempo, progresso nas técnicas agrícolas, na medida em que Deméter em peregrinação distribui seu conhecimento e investimento. Mas o retorno periódico de Perséfone, negociado entre os deuses, implica em que ela volte a tornar-se a filha virgem perdida pela mãe, abrindo mão de sua nova identidade e poder para submeter-se ao desejo materno. O mito retrata, assim, a tensão constante entre a dimensão da filiação e a da aliança, nas famílias.

Zalcborg (2003) discute o tema a partir de uma extensa revisão da obra de Freud e Lacan, no que se refere a aspectos pré-edípicos e edípicos da relação da menina com a mãe. A autora mostra a dificuldade que ocorre no processo de diferenciação entre as duas e no estabelecimento de uma identificação, uma vez que o feminino está marcado pela falta de um

significante fálico que proporcione referência mais concreta à identificação de uma mulher e suporte aos seus projetos de vida. Tanto bebês do sexo masculino como feminino podem proporcionar à mãe um sentimento de completude no início dessa relação, compensando com a experiência da maternidade a falta constitutiva da mulher. O ser materno é o primeiro objeto de amor do bebê, que poderá constituir-se como sujeito graças ao olhar e ao desejo da mãe. Esta proporciona ao filho vivências de plenitude e integração, na medida em que ela própria se beneficia também de um sentimento de completude e de um entendimento quase mágico do que deseja o seu bebê. O amor da mãe pelo bebê é necessariamente narcisista, ela erotiza e significa seu filho com esse enlevo indiferenciado, com sua presença e desejo, seu toque, olhar e voz, fontes das primeiras sensações de prazer compartilhado, das primeiras imagens de encantamento do bebê com a vida e consigo mesmo, dos primeiros enigmas. O amor pelo pai é secundário, resultante de um deslocamento objetual. Kristeva (2009) explica que o bebê primeiro se relaciona com um “pai imaginário”, o *abjeto*, presença que se forma a partir da percepção de que a mãe não está inteiramente absorvida pelo próprio bebê, mas que deseja outro que não ele (“não a mim”). Tal deslocamento objetual pode nunca se fazer por completo na menina, persistindo nela um “resto” não elaborado, porque não simbolizado, de sua relação pré-edípica com a mãe. Por que isso acontece especificamente com a menina? Conforme a autora, o menino, em posterior etapa edípica, se diferencia da mãe a partir da castração simbólica paterna, e encontra no pai um suporte identificatório para sua condição masculina, fálica; a menina, diante da castração, busca o pai como objeto que preencha sua falta, mas também tem de voltar-se para a mãe em busca de identificação.

Lacan (apud ZALCBERG, 2003) chama a atenção para a existência de certa nostalgia da filha em relação à mãe, esperando desta mais “substância” do que a esperada do pai. Para ele a mulher tende, mais do que o homem, a alienar-se no desejo da mãe. Pode preservar em si a ilusão de conseguir completar a mãe, ao mesmo tempo em que a mãe lhe desperta hostilidade por ter transmitido a ela a condição de *ser em falta*. A mulher é, em parte, castrada, em parte, não. A inexistência de um significante que simbolize o sexo feminino faz da feminilidade algo enigmático, que parece nunca ser descoberto, e que contém por isso um potencial para a indeterminação e a recriação, por cada mulher, do seu *ser feminino*. A menina busca o olhar da mãe como cobertura imaginária do seu corpo, para espelhar sua existência e

sexualidade, para constituir sua imagem feminina. Isso a torna vulnerável a permanecer mais dependente desse olhar materno, temerosa da perda do seu amor.

A dificuldade da filha de afastar-se da mãe explicaria a expressão de uma ligação profunda entre ambas e o resultante ressentimento por essa relação exclusiva da qual a filha não consegue se desentranhar. É compreensível que Freud considerasse a relação intensa da menina inacessível à análise tal qual uma civilização arcaica soterrada sob a civilização moderna. (...) Da terna submissão até as reclamações impiedosas, os conflitos de mães e filhas parecem excessivos. (ZALCBERG, 2003, p. 47)

A menina, mais que o menino, pode ficar presa às questões ligadas ao enigma da falta da mãe: “O que a mãe quer?”, “O que quer de mim?” Lidar com isso envolve sentimentos ambivalentes, o que pode resultar em alternância entre tentar satisfazer os anseios da mãe, e hostilidade e insatisfação por ter suas demandas não compreendidas por ela, podendo se afastar com ressentimento. Mas o afastamento ressentido não pacifica a relação entre mãe e filha. Quanto mais o olhar desejante materno está ausente, mais sua presença é requisitada pela filha. Ou seja, tanto a falta como o excesso do olhar materno sobre a filha podem fazer com que a filha permaneça ligada ao desejo da mãe, suspendendo o seu próprio. É este tipo de relação que Lacan nomeou de *Devastação*. Este termo é definido em Küpper (2010) como a persistência do endereçamento de uma demanda infinita de amor, que perpetua o laço entre mãe e filha num amor desenfreado, que arrasa, faz estragos, que confunde os limites entre demanda e desejo. Persiste, assim, um sentimento de inexistência e falta de valor, a não ser sob o olhar e reconhecimento do outro. Isso tem sérias implicações no estabelecimento de relações amorosas, podendo constituir-se numa patologia do amor.

Conforme Lacan (apud ZALCBERG, 2003), é o pai quem exerceria uma função pacificadora para a criança com seu corte simbólico, já que ele a liberta da ilusão de ser o que falta à mãe, da submissão ao desejo e poder materno. Sua intervenção impede a mulher de continuar a compensar imaginariamente sua falta com o filho, impulsionando-a a buscar outros objetos de desejo. Foi o que fez Zeus ao ceder Perséfone a Hades, mobilizando Deméter a compartilhar mais amplamente seu conhecimento e dedicação. Por isso, a função paterna é diferenciadora, organizadora, abrindo espaço ao registro simbólico e à dialética das relações. Gomel (1996) acrescenta que a função paterna normatiza e demarca a função materna, abrindo caminho às significações propostas desde o contexto materno e, com isso,

dando espaço à pergunta, à possibilidade de questionar e relativizar o desejo e o discurso materno. A perda do prazer fusional é compensada pela conquista da autonomia para pensar. Descontinuidades ou fraturas nessa demarcação podem se manifestar em fantasias de uma mãe devoradora, fálica, ou desamparante.

O modo como a mãe lida com a falta depende de como ela resolveu isso na sua própria constituição feminina, na relação com sua mãe. O nascimento de uma filha pode reavivar questões aparentemente superadas ou adormecidas, neste sentido, confrontando-a com o sentimento de infelicidade que pode estar associado ao ser mulher para ela. “A mãe, para quem a experiência da falta de definição feminina é uma fonte de inquietude, transmitirá essa inquietude à sua filha.” (ZALCBERG, 2003, p.182).

Conforme Winnicott (apud ZALCBERG, 2003), “para cada mulher, há sempre três mulheres: a menina, sua mãe e a mãe da mãe.” (ZALCBERG, 2003, p. 175). Há mulheres que têm na maternidade a oportunidade de reencontro com suas mães, às vezes oferecendo o filho à mãe para torná-la novamente indispensável.

Entramos aqui no campo da transmissão transgeracional, o que amplia o foco da relação entre mãe e filha para situá-lo na relação da mãe com sua família de origem, na possibilidade de identificação e diferenciação existente nos vínculos familiares. Por isso examinaremos a seguir o conceito de vínculo e de vincularidade.

### **Vincularidade**

O significado do termo *vínculo* está associado à união ou ligação entre dois ou mais sujeitos. Conforme o idioma, o conceito implica em certa dependência entre um e outro, uma sujeição implícita a normas, regras, lugares e tempos específicos. No âmbito da Psicanálise das Configurações Vinculares, dois autores destacam-se na formulação de definições que procuram abarcar a complexidade deste termo: o francês René Kaës, a partir do estudo dos grupos, e o argentino Isidoro Berenstein, focalizando mais especificamente a clínica de casais e famílias. Kaës (2011) aponta para três aspectos dessa definição de vínculo: Como conteúdo,

processo e lógica. Como *conteúdo*, o vínculo é a realidade psíquica inconsciente específica construída pelo encontro de dois ou mais sujeitos. Tal encontro gera um *processo vincular*, que é o movimento mais ou menos estável de investiduras, representações e ações que associam dois ou mais sujeitos para certas realizações psíquicas: a satisfação de desejos, proteção e defesa, afrouxamento de proibições, ações em comum. A *lógica* envolvida no vínculo é a das implicações recíprocas, das inclusões e das exclusões mútuas. Ou seja, alguns aspectos dos sujeitos do vínculo são afirmados, potencializados, enquanto outros são negados, encobertos. Formam-se então *alianças inconscientes* de vários tipos, algumas delas são estruturantes para os vínculos e os sujeitos, outras são defensivas, e outras podem ter um efeito alienante e gerador de patologias.(KAËS apud SPIVACOW, 2007).

Berenstein (2008), de maneira semelhante a Kaës, considera o vínculo como uma situação inconsciente que liga e determina reciprocamente dois ou mais sujeitos que se encontram numa relação de presença. Apoiado em inúmeros teóricos e recapitulando o avanço de seus próprios conceitos sobre o tema, o autor desenvolve alguns pontos envolvidos na vincularidade. Em primeiro lugar, o vínculo com os outros é constitutivo do sujeito e anterior às relações objetais, que já envolvem certa diferenciação. O encontro com os outros possibilita dois mecanismos que constituem o sujeito: a *identificação* (desejar ser como...) e a *imposição* (dever pertencer a ...). Em obra anterior (BERENSTEIN, 1996), o autor considera que a família é um sistema de relações de parentesco que orienta e situa os “eus” em certas posições, fazendo-os falar desde ali, como porta-vozes da estrutura de relações. Diferenças de sexo, de geração, e de alteridade limitam a circulação do eu nos lugares de parentesco. Os vínculos familiares envolvem intercâmbios emocionais, corporais e verbais que têm significado dentro das situações em que se produzem. Cada membro da família participa simultaneamente ou sucessivamente de vários contextos, que têm certa constância no tempo e no espaço. Berenstein define a estrutura familiar como composta pelo vínculo do casal (de aliança entre dois sujeitos provenientes de diferentes estruturas familiares), entre pais e filhos (de filiação), entre irmãos (vínculo fraternal) e entre a família e o representante da família de origem da mãe (vínculo avuncular). É nesses lugares e vínculos estabelecidos que se constitui a estrutura vincular inconsciente, e onde se configura a distinção entre contextos familiares e não-familiares. Abaixo, descrevem-se as características dos lugares de parentesco, conforme



Berenstein (1996).

O *lugar ou função da mãe* consiste em dar vida material e emocional ao filho, ajudando-o nas funções de autoconservação. Ela deve narcisizar (erotizar) e semantizar o corpo e a representação mental que o filho terá de si mesmo como diferente. Cabe a ela também instalar-se como objeto de desejo do filho e conduzi-lo a intuir uma presença fora dos dois, que se constituirá gradativamente, por expansão e evolução, num terceiro: o Pai.

Ao *pai* cabe aceitar sua exclusão provisória da cena inicial mãe-filho, confiando em estar representado dentro dela. Ele assume a identificação com a função paterna de proibição (à esposa, ao filho e a si mesmo). Cuida dos parâmetros definitórios dos vínculos na estrutura familiar, tem *função de indicação*, ou seja, a de discriminar e marcar os lugares e contextos de onde cada um fala. Como um porta-voz do extrafamiliar, ele inclui na família a voz do sociocultural.

O *lugar do filho*, a princípio, é contraditório, pois inclui a passividade inicial do desamparo original e ao mesmo tempo a atividade pulsional e identificatória. Envolve aceitar ser o objeto do desejo da mãe e do pai, mas também ser interditado pelo pai e pela mãe, para ocupar o lugar que lhe é destinado pelos pais, pela família e pela sociedade, introduzindo nisso as modificações decorrentes de seus modelos identificatórios. Torna-se ao mesmo tempo incluído e excluído do casal de pais, e se torna um porta-voz dos ideais parentais, familiares e socioculturais.

O *quarto termo (avúnculo)* é o representante da família materna, doador da mulher para que se torne esposa e mãe. Ele deve aceitar a exclusão para tornar-se tio ou avô do sobrinho ou neto, renunciando ao resto de sua sexualidade infantil e cedendo a função de indicação para o genro ou cunhado, dissolvendo sua influência.

Gomel (1996) chama de *trama identificatória familiar* as redes de significação que conectam os membros de uma família, formada por identificações simbólicas e imaginárias que se entrecruzam e sobrepõem. Esta trama funciona como um *espelho familiar*, definido

pela autora em obra recente como o espaço onde se enlaçam “a dimensão simbólica das relações de parentesco, os imaginários sociais e familiares e as fontes formadas pelas imagens do ser humano sobre sua corporeidade.”(GOMEL & MATUS, 2011, p.39). Configura-se assim uma rede de pertencimento com um conjunto limitado de possibilidades identificatórias, em torno das quais o sujeito vai formando sua autoestima, reconhecendo semelhanças e diferenças em torno dos ideais e dos negativos dos ideais familiares, e pode distinguir então alteridades. Entretanto, “apesar da identificação, algo do outro não se pode incorporar, e ainda no semelhante e diferente não podemos homologar: é o ‘alheio’ inerente à presença do outro.” (BERENSTEIN, 2008, p.35). Esse *alheio* é a ferida que o outro aporta ao sujeito, que não se inscreve nem como semelhante nem como diferente, que não se transforma em ausência nem se deixa simbolizar. Diante desta *impossibilidade vincular* que, paradoxalmente, é inerente ao vínculo, só há dois caminhos possíveis: recusar a *alheidade* (do espanhol *ajenidade*), voltando-se sobre si mesmo, ou iniciar um processo de desilusão para que seja possível estabelecer um lugar onde havia a ferida. No último caso é que pode-se lidar com a *apresentação* do outro, dando lugar à novidade. A *presença* reconhecida do outro (*juízo de presença*) é o que impõe uma marca no sujeito, o modifica e modifica o outro. Fracassa a tentativa de inclusão imaginária do outro no campo das representações, ele se impõe a nós como existente, presente, portanto como apresentação. Assim, o *alheio* pode ser fonte de dor ao ferir o aspecto narcisista, mas também fonte de novidade, descoberta, e mover os vínculos. Novas opções identificatórias são abertas também pelo *acaso*, pelo *acontecimento*, o imprevisível que gera cortes e fissuras na trama familiar e pode criar então novas dimensões de determinação. Berenstein não atribui a exclusividade da produção de subjetividade à infância e aos primeiros vínculos. Cada encontro significativo pode ser suplementar ao sujeito instituído na infância.

Em termos da relação mãe-filha, essa desilusão gerada pelo *alheio* e pelo *acontecimento*, que impõe a *apresentação* à *representação*, pode ser pensada como um processo ainda mais difícil. Tanto uma quanto a outra devem se dispor a renunciar progressivamente à proximidade e à cumplicidade, ao que por anos elas podem ter representado uma para a outra no âmbito da feminilidade e da semelhança. Schaeffer (2004) afirma que a puberdade reativa na menina angústias de confusão com o corpo e com a

interioridade da mãe. Zalcberg (2003) explica que a menina pode vivenciar um sentimento de aprisionamento na relação com a mãe e ansiar pela distinção, para ter a possibilidade de ser ela mesma e encontrar seu próprio modo de ser mulher.

Por causa desse anseio de separação da filha, ocorrem mudanças inesperadas, em determinado momento da relação mãe-filha. Aquela relação, originalmente marcada por um pacto de exclusividade, por um *elan* de um amor sem limites, transforma-se, não poucas vezes, em rancor. Ao mesmo tempo, aquela filha tão dócil e próxima revela-se aos poucos pendular; em um momento procurando a proximidade, em outro, o distanciamento da mãe; ora tenra e carinhosa, ora rebelde e agressiva. (ZALCBERG, 2003, p.193).

A mãe pode levar muito tempo para ouvir esse anseio, ou pode mesmo nunca chegar a ouvi-lo. Os aspectos distintos manifestados pela filha assumem para ela o registro do alheio, provocando dor e reações de ataque e hostilidade, ou um movimento de afastamento e desvinculação.

Gomel (1996) descreve o funcionamento familiar narcisista como aquele em que predomina o investimento endogâmico, com relações dualistas de idealização e desvalorização, amor e ódio, manifestando-se confusão e indiscriminação entre os membros. Nesse funcionamento, ocorre uma “ilusão de transparência apoiada em fantasias de compartilhar uma mesma envoltura corporal. Aquilo que acontece a um membro da família dificilmente pode ser recortado do que acontece ao outro, ou a todos os outros.” (GOMEL, 1996, p. 82). Caracteriza-se, em consequência, também pela agressividade e rivalidade especular: na medida em que só há um lugar para o eu e o outro, quem não o ocupa fica exposto a uma fantasia de fragmentação e dissolução do ego. O outro é aniquilado não pela sua diferença, mas pela semelhança, diante da impossibilidade de manter a mítica unidade originária.

A partir da exposição conceitual que procura descrever o emaranhado da teia vincular feminina que gera e aprisiona, que encanta e irrita, que transita inexoravelmente entre a falta e o excesso, segue o relato de um caso clínico que evidencia muitos dos aspectos discutidos.

## Discussão teórico-clínica

Uma jovem mãe, aqui chamada de Caroline, chega ao ambulatório com sua filha de 13 anos, Gabrieli. A escola da menina fizera uma denúncia ao Conselho Tutelar sobre a violência da briga entre as duas e foi feito o encaminhamento para atendimento vincular. Estas brigas foram apontadas pelo ex-marido de Caroline (padrasto de Gabrieli) como causa da recente separação do casal. Gabrieli está “sem limites”, “mata aulas”, leva amigos para casa, ou passa o dia no shopping e em parques. A mãe se sente impotente e facilmente enganada por Gabrieli, fragilizada pela separação e pela perda da guarda da filha mais nova, de cinco anos. “A gente era quatro, agora só ficamos nós duas.”(sic) Ambas admitem que não se entendem e brigam muito, partindo muitas vezes para a agressão física. Chama a atenção a semelhança entre elas, ambas pequenas e magras, parecem irmãs. Caroline responsabiliza Gabrieli pela separação, coloca-se como mãe exigente e preocupada, mas de forma intrusiva e simultaneamente rejeitadora. Ocupa quase todo o espaço verbal das sessões. Gabrieli quase não consegue completar uma frase, é sistematicamente interrompida pela mãe. No início a menina fica dispersiva, mas, aos poucos, conforme a terapeuta faz comentários e intervenções, torna-se mais atenta e presente. Em alguns momentos suspira ruidosamente enquanto a mãe fala sem parar. A mãe acredita que tudo ficará bem se a filha começar a obedecê-la, a ser mais exigente na escolha de amigos e mais concentrada nos estudos. Acha que ela tem de se defender dos outros e dizer o que pensa. Gabrieli admite ser quieta e não dizer tudo o que pensa, mas faz isso para preservar a mãe e as pessoas. Teme ficar sem amigos, como a mãe, e se irrita com a maneira como Caroline hostiliza seus pares. Mas, ao mesmo tempo, passeia com os amigos adolescentes à vista da mãe, no shopping onde esta trabalha. A mãe reclama que Gabrieli desconsidera o que ela lhe fala, mas ela própria “distribui” a autoridade que teria sobre a filha a outras pessoas e a expõe a abusos. Pensa em mandá-la morar um tempo com o pai, em outro estado.

O tema da falta de valor das duas permeia as sessões. Uma espelha na outra esse sentimento e rejeita o que vê, o que gera ataques mútuos e atuações, que se estendem a familiares, amigos, colegas, vizinhos, escola. Na terapia, este aspecto aparece intensamente nos sistemáticos atrasos que desvalorizam o espaço que seria destinado às duas.

A ilusão de transparência do outro e a indiferenciação, características de um funcionamento narcisista, ficam explícitas quando a mãe “adivinha” as segundas intenções da filha, impede que ela formule e expresse seus pensamentos, e ataca cada pequeno aspecto da sua identidade que vai se constituindo. Ao contar a história da filha, diz que o pai da menina é “chato e grudento que nem a Gabrieli”, conta que o aceitou para esquecer outro por quem era apaixonada; mas ele era mulherengo, abandonou-a durante a gravidez e, tendo depois retornado, novamente a deixou por outra mulher quando a menina tinha três anos. Ficaram morando por dois anos com a mãe de Caroline, até o novo casamento, com um homem bem mais velho e de posição socioeconômica bem superior à delas. Segundo Caroline, ele sempre morou em outra cidade e só vinha nos fins de semana. Não presenciava as brigas do cotidiano, já que ela e as filhas tinham de recebê-lo com tudo organizado e harmonioso. Na casa da praia é que eles passavam um mês de férias juntos, a cada ano. Foi lá que aconteceu a crise que resultou na separação, quando Caroline teve um “ataque” e começou a quebrar a decoração da casa, feita e mantida pela ex-mulher do companheiro de Caroline, Josiane, que, embora não utilizasse a casa ao mesmo tempo que eles, comportava-se como dona. Bem mais velha e idealizada por toda a família do marido de Caroline, Josiane não tivera filhos com ele, tendo adotado a filha de um zelador, agora adolescente. Era essa ex-mulher quem organizava as festas de aniversário da filha que Caroline tivera com ele. Nessas ocasiões, Josiane agia como se fosse mãe da menina, recebendo os convidados e tirando fotos, enquanto Caroline era incumbida de servir. Caroline acredita que o marido fez uma “armação” para ficar com a guarda da filha, juntando evidências de que ela é uma mulher louca e descontrolada.

A infância de Caroline foi muito sofrida. A mãe era empregada doméstica, trabalhava o dia inteiro. Ela logo teve que assumir os cuidados com a casa e a irmã menor. O pai vivia de “bicos” e só aparecia de vez em quando, então vinha cheio de exigências, querendo mandar em tudo e “cantar de galo”. Caroline não entende como a mãe se submetia, esforçando-se em fazer tudo o que ele exigia. Se algo não estava como ele queria, batia na mulher. Caroline tentava impedi-lo, ficando na frente da mãe. Eles moravam numa vila, alguns parentes do pai moravam em casas próximas, e Caroline conta que sofreu abusos por um tio-avô. Só agora percebe que não teve culpa nisso, e pensa hoje que seus pais não souberam protegê-la. Eles se separaram quando ela era adolescente, e ela levou anos para se aproximar do pai. Caroline

nunca teve amigos próximos. Brincava sozinha de casinha e sonhava em ter sua própria casa. Gostava de escolher a cada dia o melhor lugar para montar a casinha com suas bonecas. Sua vida escolar foi difícil, repetiu vários anos, “não tinha prêmio nem castigo em casa” (*sic*) pelos resultados na escola. Empenhava-se em estudar sozinha, decorar as matérias, tinha dificuldade. Acabou largando a escola. Depois fez supletivo, mas não chegou a concluir o ensino médio. Quer que Gabrieli “aproveite o apoio que tem para estudar”, mas a filha não dá valor, mata aulas, não estuda em casa, só pensa em sair com as amigas, arrumar o cabelo e se maquiar. Caroline e a mãe dela “implicam” com os amigos de Gabrieli, segundo esta última a mãe e a avó querem que ela fique sozinha. A avó tem a chave da casa e aparece a qualquer hora para arrumar as coisas e controlar Gabrieli, enquanto Caroline trabalha. Caroline frequentemente “bota para correr” da casa os amigos de Gabrieli. Orgulha-se de ser uma pessoa que “diz tudo o que pensa”. Ao contrário da filha, que define como “dissimulada”: a mãe crê que ela está sempre “armando alguma” para enganá-la. Gabrieli reclama de que a mãe deixa que a avó interfira na casa e na vida delas, e que até o tio (irmão da mãe, na época com 21 anos) quer se impor com ela e a mãe deixa que ele faça isso. Conta que uma vez o tio colocou um pãozinho inteiro à força na sua boca, ela ficou toda machucada, e Caroline não fez nada.

Podem-se reconhecer três níveis no sofrimento vincular da dupla Caroline-Gabrieli: Um é transgeracional, ligado à falta de valor de mulheres enganadas, servis, traídas e tratadas com violência pelos homens; outro é na intersubjetividade mãe-filha, numa relação indiscriminada que não possibilita autonomia, e que rejeita a diferença como algo alheio e desvalorizado. Ainda há a crise desencadeada pela adolescência de Gabrieli, que tenta afastar-se da mãe para buscar nas amigas e grupos outras referências identificatórias, a valorização da sua aparência e mais liberdade para fazer o que quer. A intimidade buscada por Gabrieli com as amigas é bastante intensa e fusional: ela as leva para casa na ausência da mãe, empresta suas roupas novas. Isso irrita Caroline, que acusa as amigas de desleixadas e sujas, sente-se invadida e manda-as embora de casa. Caroline diz que a higiene é uma coisa muito importante para ela, acha nojento conviver com a sujeira dos outros, sua mãe também é assim, mas a Gabrieli “não tá nem aí”.

O efeito de devastação pode ser visto na relação de Caroline com a mãe, indiferenciada, tendo a responsabilidade precoce de cuidar da casa e da irmã, de proteger a mãe da violência conjugal. Ressentida com a falta de proteção materna, pela exposição dos filhos às brigas e agressões e pela submissão da mãe aos abusos do marido, Caroline sonhava em ter a sua própria casa, em ser uma mãe diferente.

Com esforço e sem apoio, Caroline estudou, envolveu-se com homens mais escolarizados e promissores. Mas não conseguiu fugir dos laços de identificação com a imagem da mulher que ficava à espera do seu homem, rendendo-se aos desejos e imposições deste para agradá-lo. Nas duas separações as reações de Caroline vieram violentas e descontroladas, ela literalmente quebrou a casa, os enfeites. Diz tudo o que pensa e sente, não preserva ninguém da sua fúria. Precisa de novo da mãe, que vem acolhê-la e chorar com ela. É novamente a menina da mãe, desvalida, abusada, dando à mãe nova chance de protegê-la. Anseia pelo encontro fusional, identificada com a falta de valor como mulher, submetida a maridos ausentes, a vínculos de aliança que a colocam em lugar servil e inferiorizado. O controle sobre a vida de Gabrieli e suas amigas une as duas mulheres num pacto simultaneamente reparatório (sobre a desproteção de Caroline no passado) e intrusivo (restringindo a diferenciação da menina), acentuando a ilusão de semelhança e uma nova idealização da figura materna: “Eu dizia que nunca ia bater nos meus filhos como a minha mãe me batia, agora eu até entendo ela e acho que ela me batia prá me educar, porque eu aprontava mesmo.” (Caroline, segunda sessão).

Zalcberg (2003) destaca a dificuldade de muitas mulheres em separar-se da mãe e assumir uma relação amorosa adulta:

É um caminho que toda filha deve percorrer enquanto mulher: ter acesso a prazeres sexuais diferentes dos que a prendiam a sua mãe. (...) O medo de perder o amor da mãe e, conseqüentemente, de se perder, pode impedir a filha até de tentar se separar da mãe, permanecendo sob a dominação amorosa e erótica desta. (ZALCBERG, 2003, p. 146).

Olivet *et al* (1991, p.335) descrevem a dinâmica dessa relação ambivalente e perturbadora, como um ciclo em que as exigências e demandas de falta da filha acionam na

mãe culpa e ansiedade catastrófica. A mãe então reage com queixas e acusações à filha, cobrando-a pelo sacrifício dispendido, desvalorizando-a. Isso mobiliza a culpa da filha, a autodesvalorização e o sentimento de não ser merecedora do amor da mãe idealizada. Os autores definem essa configuração vincular como narcisista: a filha mantém uma fixação ao amor pré-edípico pela mãe, ressentida por não ter sido suficientemente amada, contida e valorizada pela mãe e sem condições de chegar ao pai como objeto; a mãe permanece presa no desejo de completar-se através da filha, não tolera a dor da diferenciação desta, vendo-a como “parte ejetada de si mesma” (p.335). Não há cessão libidinal. Mantém-se assim uma relação diádica, em que ambas se afastam ou se aproximam agressivamente, sem poder diferenciar-se. As brigas são a única forma possível de conexão.

Caroline espera da filha a solução pela semelhança à sua própria maneira idealizada de ser e agir: dizer o que pensa, selecionar amigos limpos, concentrar-se nos estudos, obedecer a mãe e não incomodá-la, cuidar da casa e da irmã pequena.

Frustrado o anseio de semelhança, Caroline lança Gabrieli na “vala comum” do alheio, o que acentua a impossibilidade vincular. Se a menina se aproxima, é percebida como “chata e grudenta” como o pai, ao afastar-se e aderir a amigos e grupos mobiliza na mãe o passado de exposição a abusos, a convivência com a “sujeira dos outros” e ela própria ataca a filha e permite a violência pelo tio (cena do pãozinho).

Fracassadas as relações de aliança e o exercício da função paterna discriminadora, entra em cena a intervenção avuncular da família materna, reativando em Caroline seu sentimento de pertencimento a um cenário violento e dramático de mulheres vitimizadas. Predomina nessa configuração vincular um funcionamento narcisista (GOMEL, 1996), com manifestações de agressividade especular. A menina que procurava um lugar tranquilo para brincar de casinha, agora quebra a casa montada por Josiane, mulher mais velha e idealizada, que jamais desocupou o lugar que ela gostaria de ocupar. Há poucos anos, Caroline quebrou também objetos da casa da mãe, numa briga com a irmã. Nenhuma delas residia mais ali. A ambivalência da identificação feminina se expressa explosivamente na destruição de coisas que enfeitam e valorizam um lar. Quebram-se, assim, os espelhos.



## Considerações finais

Constituir e manter vínculos exige um trabalho constante, que envolve a atualização dos laços de identificação que reforçam os sentimentos de semelhança e familiaridade entre os indivíduos, a noção de pertencer a um contexto chamado “nós”. Essa atualização identificatória deve possibilitar a diferenciação dos sujeitos do vínculo, dando suporte narcísico às suas necessidades próprias, às crises evolutivas, aos acontecimentos da vida e à adaptação destes sujeitos às demandas e padrões do seu tempo. Esta esperança de continuidade diante das inevitáveis descontinuidades do viver fortalece a capacidade de pessoas e grupos em achar sentido nas experiências mais desintegradoras e dolorosas. Lança um véu protetor imaginário sobre as dimensões do real que são difíceis e angustiantes para o ser humano, como a transitoriedade das coisas, a solidão, a morte. Nestas dimensões situam-se também o *impossível do vínculo*, a *alheidade*.

Pode-se indagar o quanto o ilusório apelo individualista, competitivo e consumista do mundo contemporâneo possibilita que os grupos - familiares ou não - invistam na criação de um suporte afetivo e simbólico para a subjetivação e a pertença, simultaneamente. Se esse processo já é mais complexo e ambíguo na relação mãe-filha, pode-se cogitar que hoje em dia esteja ainda mais problemático. A falta constitutiva da mulher encontra a promessa de preenchimento fácil pelas aquisições materiais, o enigma feminino é maquiado e transformado em sedução explícita, a indefinição pode tomar a forma de autoafirmação insensível ao outro. Não há apelo à renúncia: todos, em todas as gerações, têm direito ao prazer prometido.

Abordando a psicopatologia vincular, Gomel e Matus (2011, p.177) estendem aos vínculos o conceito de *patologias do vazio ou narcisistas*, tão frequentes na atualidade, caracterizadas pela dificuldade de sujeitos e vínculos em constituir um sentido de identidade e interioridade, que possam diferenciar de uma exterioridade. Isso gera uma angústia arrasadora, em que um ou vários sujeitos ficam “habitados por outros, derramados em outros, confundidos na trama.”(p.177). Casais e famílias não conseguem construir um sentido de

“nós”, nem tampouco sustentar a rede de identidades individuais dos sujeitos, o que pode resultar num *funcionamento com produtividade de borde*, com flutuações, mudanças súbitas, integrações fugazes e desintegrações abruptas. Há pouca integração da capacidade de encobrir o *impossível* e da renúncia pulsional que seriam necessários à constituição do vínculo. A produção de sintomas é variada e até antagônica. Aparecem situações descritas como de *loucura vincular*, em que ocorrem manifestações típicas de psicose (discurso paradoxal, omissões ou distorções perceptuais, alterações graves na cotidianidade, idéias delirantes, alucinações e passagens ao ato), embora os indivíduos não apresentem quadro psicótico, já que a loucura se produz frequentemente no encontro, constituindo-se numa nova realidade conjunta. Manifestam-se problemáticas ligadas ao pertencimento e identidade, aos ideais e à autoestima individual e vincular, à diferenciação entre o eu e o outro. Pela vulnerabilidade na autoestima, os sujeitos são especialmente sensíveis a fracassos e desilusões. “Os vínculos parecem presos ao mesmo tempo a uma autonomia que se converte em solidão devastadora e uma proximidade com o outro que aprisiona numa fusão mortífera.”(GOMEL & MATUS, 2011, p.180). As famílias podem cair em atuações desenfreadas, afetos intensos, com risco de acidentes, suicídio, dependência química, doenças graves e violência.

Tal descrição expressa de forma pertinente as manifestações perturbadoras do vínculo entre Caroline e Gabrieli, postas em cena no contexto terapêutico. Embora tenha se estabelecido um enquadre vincular, este foi extremamente precário e frágil, apresentando as flutuações, transbordamentos emotivos e atuações, característicos do *funcionamento com produtividade de borde* da dupla. Exemplos disso foram as discussões que começavam no corredor do ambulatório, um telefonema da filha pequena que foi atendido pela mãe em plena sessão, os atrasos sistemáticos. Ocorreram momentos de proximidade e alguma sintonia entre as duas. Ao relatarem os detalhes e circunstâncias do último casamento e separação de Caroline, Gabriele foi ouvida com atenção pela mãe e, em resposta a questões da terapeuta, as duas puderam organizar uma narrativa coerente e crítica da situação. Foi um momento organizador, que deu a Caroline a calma necessária para obter, logo após, numa audiência judicial, o direito à visita da filha menor nos fins de semana. A mãe mostrou, em outro momento, um interesse bem-humorado em conhecer e diferenciar os amigos de Gabrieli, suas situações familiares, seus envoltimentos amorosos. Talvez uma relação fraternal estivesse se

esboçando como possibilidade de saída da devastação materno-filial, com a armação de certa cumplicidade entre as duas. Com a repetência de Gabrieli na escola, no entanto, a mãe planejou mandá-la morar com o pai e retomou toda a hostilidade contra a menina. Ela e o ex-marido estavam tentando uma reaproximação. O investimento no vínculo com a filha adolescente problemática teria que ser interrompido para dar lugar a uma suposta futura situação familiar harmoniosa. Não foi surpreendente que também o tratamento tenha sido abandonado, ficando sem resposta as tentativas de contato por telefone e carta que se seguiram. O espaço terapêutico vincular - espelho que poderia refletir novas possibilidades de identificação e diferenciação a partir da presença da terapeuta (também mulher) – não se sustentou.

Compreender melhor as armadilhas e encantamentos, bem como as potencialidades transformadoras deste labirinto de espelhos da vincularidade materno-filial é uma tarefa da maior importância para o avanço teórico e técnico da Psicanálise Vincular. A dificuldade deste enquadre manifesta bem o grau de sofrimento experimentado no encontro, que grita semelhanças indesejadas, diferenças insuportáveis, marcas do absurdo e abominável. Mas talvez não seja exagerado dizer que, da vitalidade desse encontro diferenciado entre mães e filhas, depende a própria sobrevivência psíquica de indivíduos e grupos. Afinal, é essa sucessão de elos de identificação feminina que sempre esteve ligada à integração e conciliação, à preocupação simultânea com o bem-estar subjetivo e com o bem comum.

### Referências

- BERENSTEIN, Isidoro. **Devenir outro com outro(s):** Ajenidad, presencia, interferência. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- BERENSTEIN, Isidoro. **Psicoanalizar uma família.** Buenos Aires: Paidós, 1996.
- GOMEL, Silvia. **Transmisión transgeneracional, familia y subjetividade.** Buenos Aires: Paidós, 1997.
- GOMEL, Silvia ; MATUS, Susana. **Conjeturas psicopatológicas:** Clínica psicoanalítica de familia y pareja. Buenos Aires: Psicolibro Ediciones, 2011.

GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1983.

DORNELAS, Kirilla; GARCIA, Agnaldo. O relacionamento entre mãe e filha adulta: um estudo descritivo. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.10, n.2, p. 333-344, Jul./Dez. 2006.

KAËS, René. **Pré-Congresso FLAPAG**, Seminário 2, Buenos Aires, 29 de junho de 2011.

KRISTEVA, Julia. **Histórias de amor**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed, 2009.

KÜPPER, Fernanda. **Amor sem limites**: Sobre a devastação na relação mãe e filha e na parceria amorosa. Disponível em: <  
[www.fundamentalpsychopathology.org/material/congresso2010/mesas\\_redondas/MR02-Fernanda-Samico-Kupper.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/material/congresso2010/mesas_redondas/MR02-Fernanda-Samico-Kupper.pdf)>. Acesso em: 06 set. de 2011.

OLIVET, Silvia; et. al. Madre e hija: Una configuración inquietante. Em Teoria y clinica de las configuraciones vinculares, tomo II- Trabajos libres y workshops. In: **CONGRESO ARGENTINO DE PSICOLOGIA Y PSICOTERAPIA DE GRUPO Y I CONGRESO DE PSICOANALISIS DE LAS CONFIGURACIONES VINCULARES**, 2., 1991, Buenos Aires: [s.n.], 1991.

SCHAEFFER, J. O percurso dos antagonismos entre feminino e maternal. Em: Leticia Solis-Ponton (Org.) **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SPIVACOW, Miguel. Entrevista al Dr. René Kaës. **Actualidad Psicologica**- Edicion especial Los Vínculos. (p.2-4). Buenos Aires, septiembre 2007.

ZALCBERG, Malvine. **A relação mãe e filha**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.